



PNF

POLÍTICA NACIONAL
DE FORMAÇÃO

 **CONTAG**  **FETAGs**  **STTRs**
filiada à **CUT**

Assessoria da CONTAG

Adriana Borba Fetzner | Assessoria Parlamentar

Amarildo Carvalho de Souza | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Ana Maria Krigner Pompe | Assessoria da Comissão Nacional de Mulheres

Armando Santos Neto | Assessoria da Comissão Nacional de Jovens

Célia Hissae Watanabe | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Cléia Anice da Mota Porto | Assessoria de Política Agrária

Décio Lauri Sieb | Assessoria de Política Agrícola

Edson Barbeiro Campos | Assessoria da Presidência

Eliene Novaes Rocha | Assessoria de Políticas Sociais

Evandro José Morello | Assessoria de Políticas Sociais

Fani Mamede | Assessoria de Meio Ambiente

Iara Duarte Lins | Assessoria de Finanças e Administração

Ivaneck Perez Alves | Assessoria Jurídica

Jeová Simões | Assessoria Formação e Organização Sindical

Luiz Vicente Facco | Assessoria de Relações Internacionais

Maria Cavalcante Vicente | Assessoria de Políticas Sociais

Maria do Socorro Souza | Assessoria de Políticas Sociais

Marleide Barbosa de Sousa | Assessoria da Secretaria de Assalariados

Paulo de Oliveira Poleze | Assessoria de Política Agrícola

Raimunda de Oliveira Silva | Assessoria de Formação e Organização Sindical

Raquel Luiza Cardoso dos Reis Silva | Assessoria da Secretaria de Assalariados

Rodrigo Silva Leal | Assessoria da Secretaria Geral

Ronaldo Ramos | Assessoria de Política Agrícola

Sara Deolinda C. Pimenta | Assessoria de Gênero

Zeke Beze Júnior | Assessoria de Política Agrícola

A organização deste documento é de inteira responsabilidade da Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG



APRESENTAÇÃO	5
1. O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS	7
1.1. Sua História	7
1.2. Sua Ação Sindical	10
1.3. Sua Organização Sindical	12
1.4. Sua Formação Sindical	16
2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO	21
2.1. A formação como fortalecimento da organização sindical	22
3. REFERENCIAIS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO SINDICAL	25
3.1. Referencial Político: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário	26

3.2. Referencial Pedagógico e metodológico: Projeto Político-Pedagógico da Formação	29
4. ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO – PNF	35
4.1. Objetivos	35
4.2. Público	36
4.3. Estruturação de Redes de Educadores Sindicais	36
4.4. Linhas Formativas da PNF	38
5. GESTÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO	41
5.1. Instâncias deliberativas da Política Nacional de Formação	41
5.2. Espaços de formulação/proposição da formação sindical	41
5.3. Espaços Formativos	42
5.4. Financiamento da Política Nacional de Formação	43
6. ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO – ENFOC	45
6.1. Quanto à organicidade	45
6.2. Finalidades	46
6.3. Gestão Política e Pedagógica	46
6.4. Quanto ao Financiamento	47
7. DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PNF	49
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51



APRESENTAÇÃO

A construção da Política Nacional de Formação – PNF é resultado do esforço coletivo do MSTTR, que por meio das lutas, foram tecendo os conceitos, significados, buscas e construindo uma trajetória de conquistas. Imprimindo uma diversidade de experiências, que dão fisionomia ao que hoje chamamos de PNF.

A PNF é um conjunto de diretrizes, princípios, fundamentos e estratégia que conformam a tessitura de idéias e de fazeres, e promove um entrelaçar de experiências e práticas formativas das mais variadas, nesta construção coletiva, comprometidas com a transformação e emancipação dos sujeitos. Sobre isso o 3º Congresso da CONTAG realizado em 1979, sinalizava que *“um processo formativo deve ser constante e crescente, e deve conduzir o trabalhador à transformação de sua realidade. É através da prática sindical que o trabalhador vivencia as experiências de transformação”*.

Esta concepção de formação vem orientando o caminhar do MSTTR ao longo da sua história. Inclusive, sobre a necessidade de construção de uma Política de Formação *“para viabilizar os objetivos imediatos e estratégicos da CONTAG essa política deverá constituir-se num espaço de reflexão e capacidade crítica e que promova e estimule um debate pluralista acerca do seu projeto sindical”* (6º CNTTR 1991).

Os debates sinalizavam também para a construção de instrumentos que viabilizem essa política. *“A Rede Nacional de Formação foi idealizada com intuito de articular, Projeto Político*

Sindical à Política de Formação, instrumentando os debates em todas as instancias” (6º CNTTR 1991).

O 7º Congresso, imbuído dessa reflexão, aprova as diretrizes, princípios, fundamentos e frentes de lutas do Projeto Político Sindical e o denomina de “*Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS*”.

Os Congressos seguintes refletiram e deliberaram sobre a formação, mas só em 2005, com a realização do Encontro Nacional de Formação (ENAFOR/2005), que dirigentes e assessoria das federações e da CONTAG sistematizaram os princípios e fundamentos pedagógico-metodológicos da PNF, como também, os eixos orientadores da Escola de Formação da CONTAG – ENFOC.

Esta construção se referencia no PADRSS, que propõe uma sociedade, justa, democrática, soberana e solidária como construção possível, articulada ao cotidiano, as necessidades e utopias dos sujeitos políticos. Afinal “conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer” (Paulo Freire). É este horizonte político que orienta a PNF ao conjugar prática-teoria-prática, numa perspectiva de retroalimentação.

Pretendemos com este documento subsidiar o fazer pedagógico-metodológico do MSTTR, re-orientar caminhos e contribuir para que os sujeitos políticos exercitem uma leitura crítica da sua realidade e que possa intervir no sentido de promover a mudança.



1. O MOVIMENTO SINDICAL DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS

1.1. Sua História

Desde sua fundação em 22 de dezembro de 1963, que a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG já afirmava uma concepção e prática sindical baseadas no entendimento que as lutas pelos direitos e conquistas imediatas da categoria trabalhadora rural¹, devem estar articuladas às reivindicações históricas da classe trabalhadora.

Momento de lutas e afirmação de bandeiras históricas, como educação e saúde enquanto direitos universais, a reforma agrária e tributária, os anos que antecederam a fundação da CONTAG foram de forte atuação político-sindical, principalmente, a partir dos primeiros anos da década de 1960.

Nesse cenário de efervescência política que os camponeses² experimentaram desde a década de 1950, distintas formas de organização³, a exemplo das Ligas Camponesas⁴ e, posteriormente, o Movimento dos Agricultores Sem Terra – MASTER⁵ e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas – ULTAB⁶.

Sindicatos urbanos, partidos políticos, e outras organizações da sociedade civil, mobilizavam-se exigindo melhores salários e mudanças estruturais para garantir um processo de desenvolvimento mais duradouro. Momentos de intensos debates, a exemplo do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas⁷, discutiram e deliberaram sobre temas de profundo alcance político, social e econômico para o campo e para o campesinato.

¹ “Quem exerce atividades como assalariados na agricultura, pecuária e similar, na produção extrativa rural, bem como pequenos produtores, proprietários ou não, que exerçam atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da mesma família, executado em condições de mútua dependência e colaboração, com a ajuda eventual de terceiros” (Estatuto da CONTAG).

² Refere-se a uma determinada concepção de mundo e de campo, daquele/a que vive, trabalha e interage com natureza e realidade do campo, independente da sua condição em relação a terra.

³ Todas as formas organizativas encontradas pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais para expressar suas demandas, inquietações e contestações.

⁴ Ganha força política na década de 1950, mas, é na década de 60 que ultrapassa as fronteiras do nordeste (PB, AL, CE, MA, RJ, MG, GO, PR, RS), defendendo a reforma agrária radical enquanto estratégia central da luta camponesa no Brasil.

⁵ Surge no Rio Grande do Sul em 1950, traz para o centro do debate não a resistência pela posse da terra, mais sim, a ocupação de terras e organização de acampamentos.

⁶ Em 1954, durante a II Conferência Nacional dos Lavradores, realizada em São Paulo, foi criada a ULTAB, tendo como bandeiras prioritárias a reforma agrária; título de propriedade plena a posseiros; adoção de medidas de apoio à produção, de combate às práticas semi-feudais de exploração do trabalho (cambão, meia, etc.) e, o estímulo à criação de sindicatos de trabalhadores rurais.

⁷ Conhecido como “Congresso de Belo Horizonte”, foi convocado e coordenado pela ULTAB em 1961, reuniu 1600 delegados e delegadas de vários estados.

A reforma agrária por desapropriação; posse e uso da terra pelos que nela desejassem trabalhar; regulamentação do Estatuto do Trabalhador Rural⁸; acesso aos benefícios da Previdência Social; direito de organização; participação no desenvolvimento do país, tendo acesso à educação, orientação técnica, preços mínimos, crédito integral e cooperativismo; além da criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, dentre outras, compunham o plano de lutas do “Congresso de Belo Horizonte”. Muitas dessas deliberações, a exemplo da reforma agrária, fizeram parte da plataforma de reformas de base propostas pelo governo João Goulart.

As décadas de 1950/70 foram palco de mudanças políticas, econômicas e sociais significativas, sobretudo, na América Latina, era o auge da Guerra Fria⁹ e do avanço das idéias socialistas e comunistas que influenciaram diretamente países como a China, Vietnã, Coreia, Cuba, Chile, Nicarágua, além de diversos grupos políticos revolucionários pelo mundo inteiro.

No Brasil, a luta por um desenvolvimento e um campo diferente, sem violência e escravidão, por um sindicalismo classista e autônomo, foram estimuladores da fundação da CONTAG. Ela nascia participativa e democrática, incorporando diversas concepções e correntes de pensamento, tornando-se então, a primeira entidade sindical camponesa de caráter nacional, reconhecida legalmente.

Com um perfil político diversificado, característica marcante ainda hoje, a CONTAG sempre buscou construir a unidade, na diversidade ideológica, regional, cultural e produtiva existente no campo.

Após o golpe militar, em abril de 1964, os movimentos sociais foram reprimidos duramente, com prisões, torturas, exílio e assassinatos de lideranças sindicais rurais e urbanas comprometidas com as reformas de base.

Apoiados por sindicatos urbanos, dirigentes sindicais rurais retomaram a direção da CONTAG, em 1968, no auge da consolidação dos mecanismos de repressão e controle do regime militar. No mesmo ano, um encontro realizado no Rio de Janeiro envolvendo dirigentes e assessorias das Federações, construíram as bases para um audacioso projeto nacional de formação voltado para a criação e fortalecimento dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

⁸ Em março de 1963, o governo de João Goulart promulgou o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214), que garantia aos trabalhadores do campo, direitos sindicais, trabalhistas e previdenciários assegurados aos trabalhadores urbanos.

⁹ Teve início logo após a Segunda Guerra Mundial, uma disputa por hegemonia política, econômica e militar no mundo entre os Estados Unidos e a União Soviética.

O MSTTR permanentemente criticou o modelo tradicional de educação, desconectado da realidade de quem vive e trabalha no campo. Nos primeiros anos de CONTAG a direção afirmava que:

“o método participativo, em contraposição ao método ‘antigo’, leva em conta cada realidade individual, de cada educando, para assim podermos construir uma realidade coletiva. Conhecimento da realidade, que será julgada, criticada e conforme as conclusões do grupo chega-se à escolha da ação e, à própria ação. Conforme deliberado no Encontro de Petrópolis, em 1968, com dirigentes e técnicos de várias Federações”. (Revista CONTAG 40 anos).

Com clareza política da sua importância estratégica para o campo, a CONTAG propunha um sindicalismo combativo, vibrante, amplo e pela base. Desta forma, empunhou a bandeira da democratização do país, acesso a terra, por garantia de direitos dos assalariados rurais e por uma política diferenciada para o pequeno produtor¹⁰, durante os anos de ditadura militar.

“(…) na época, acreditava-se, apenas, na capacidade humana de se unir. Com a união, acreditava-se na capacidade humana de vencer. Não havia legislação suficiente para ‘acobertar’ a fundação de sindicatos rurais (...) não existia a sede do sindicato. Existia, sim, o sindicato, na pessoa de cada trabalhador rural que havia compreendido a sua missão de se libertar, era o sindicato vivo”. (jornal “A Voz do Trabalhador Rural¹¹” em 1978)”.

A ação Sindical, naquele momento, pautou-se pela denúncia sistemática nos níveis nacional e internacional, da disparidade entre o Brasil que se industrializava de forma acelerada e o Brasil que morria de fome. Articulando a denúncia da concentração fundiária, do aumento de conflitos e expulsão dos trabalhadores das suas terras, com o apoio às lutas gerais¹² da sociedade, às greves de trabalhadores urbanos e a organização da classe trabalhadora do campo e da cidade.

A Contag participou ativamente da construção da 1ª Conferência Nacional da Classe Trabalhadora – CONCLAT, compondo sua comissão organizadora. Junto com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE, Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA, Conselho Indigenista Missionário – CIMI, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e a Comissão Pastoral da Terra – CPT lança a campanha nacional pela reforma Agrária. Uma campanha de grande repercussão nacional, com significativo impacto nas discussões da Assembléia Nacional Constituinte, quando interveio de forma qualificada e

¹⁰ Atualmente, utilizamos a expressão “agricultura familiar”, explicitando a importância produtiva, econômica e social de cada um/a que compõe a família.

¹¹ Jornal periódico da CONTAG, amplamente utilizado para informar e formar lideranças por todo o país. Circulou desde 1974 aos últimos anos da década de 1990.

¹² A luta pela redemocratização do país, a luta por Anistia ampla, geral e irrestrita, a campanha pelas Diretas Já! Por liberdade de expressão, dentre outras, eram bandeiras que unificavam a sociedade civil.

articulada, na perspectiva da democracia plena, com inclusão social e política, participação, transparência e controle social dos gastos públicos, mecanismos considerados imprescindíveis para o fortalecimento da autonomia na sociedade civil.

Com essa postura política, busca atender a outras dimensões e necessidades do ser humano, como o acesso universal à saúde, a previdência e assistência social e por uma educação de qualidade, contradizendo a lógica corporativista e a visão imediatista da luta sindical.

Atuou ativamente na construção da luta contra hegemônica¹³ na sociedade, sobretudo, estimulando a consciência crítica e política dos trabalhadores e trabalhadoras rurais¹⁴. Com destaque na sua participação nas eleições presidenciais, sempre na defesa do voto consciente e orientando a ação sindical na defesa de candidaturas e propostas voltadas para um desenvolvimento alternativo aos modelos de desenvolvimento excludentes, concentradores de terra e renda.

Essa trajetória torna a CONTAG diferente das demais confederações criadas antes da democratização do país, não apenas por sua transparência política e pela ampliação da participação das bases nas suas decisões. Difere, principalmente, pela contraposição ao ideário neoliberal na prática cotidiana, tendo o ser humano como centro das suas ações políticas.

¹³ Contrapondo-se a lógica capitalista dominante, que pressupõe o individualismo, a exclusão e a lógica do lucro sobrepondo-se à vida.

¹⁴ Portaria 71/65 do Ministério do Trabalho reconhece o trabalhador rural enquanto categoria profissional, como sendo “a pessoa física exercendo atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, em regime de economia familiar ou coletiva”

¹⁵ Referindo-se a CONTAG, FETAGs e STTRs, a partir do 9º congresso da CONTAG é modificado de MSTR para MSTTR, partindo da reflexão que dialogaria com a luta por participação e visibilidade das trabalhadoras rurais.

¹⁶ Projeto político construído e articulado pelo MSTTR para se contrapor ao modelo neoliberal que propaga um desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e da renda. Afirma o papel e importância social, econômica e estratégica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e solidário. Por meio de uma ampla e massiva reforma agrária, expansão, valorização e fortalecimento da agricultura familiar e da geração de emprego e renda no campo.

1.2. Sua Ação Sindical

Durante a década de 1990 o modelo neoliberal ampliou ainda mais as desigualdades sociais, com mais pobreza, destruição de oportunidades de trabalho, tendo como consequência a evasão da população do campo e a negação das identidades e diversidade cultural dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

Para se contrapor a essa realidade, o Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR¹⁵ concebeu o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS¹⁶. A construção desse projeto estimulou mudanças na ação sindical do MSTTR, que ainda hoje, representam o que há de novo nesse “fazer sindical”.

O esforço em propor ações políticas estruturantes, que assegurem um processo de mobilização, organização e capacitação permanentes, capazes de promover uma intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para avançar na luta e nas

conquistas da classe trabalhadora tem sido a marca do movimento sindical no campo.

O PADRSS articula e confere unidade às diversas frentes de lutas - por uma reforma agrária, ampla, massiva, de qualidade e participativa; pela ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; pela erradicação do trabalho escravo; pela proteção infanto-juvenil; por uma educação do campo pública e gratuita; por políticas de assistência a saúde integral para os povos do campo e da floresta; por uma política de assistência técnica diferenciada, pública e gratuita; pela ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda com igualdade de gênero, geração, raça e etnia.

Essas frentes compõem a agenda política e os planos de luta do MSTTR com estratégias de ações que promovam a democratização e fortalecimento das organizações com gestões transparentes e democráticas, atribuindo ao local¹⁷, importância política e estratégica na agenda sindical.

Foi se constituindo e se consolidando um “fazer sindical”, que incorpora as demandas desse novo tempo de democracia e participação social, mais também de mobilização, pressão, proposição e negociação das propostas estruturantes do PADRSS. A gestão e controle social de políticas públicas¹⁸, participação efetiva nos processos políticos eleitorais, espaços e mobilizações articuladas nacionalmente como o Grito da Terra Brasil – GTB¹⁹, a Marcha das Margaridas²⁰, o Festival da Juventude²¹, as ocupações de terras, o trancamento de estradas, acampamentos, dentre outros, passam a compor uma agenda permanente de mobilizações.

Em decorrência desse processo, especialmente do GTB, a luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais obteve conquistas importantes, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário,²² o Programa Nacional da Agricultura Familiar - PRONAF em suas diversas linhas de custeio, investimento e infra-estrutura; o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, a Lei da Agricultura Familiar²³; a manutenção dos trabalhadores e trabalhadoras rurais no regime geral da Previdência Social; a construção de uma Política de Educação do Campo, dentre outras.

A estratégia se desenvolve em três aspectos que conformam sua unidade política na construção de um campo ambientalmente equilibrado, culturalmente dinâmico, socialmente justo, economicamente viável e sustentável. São esses três aspectos: a proposição de políticas públicas e sociais que garantam vida digna no campo; a configuração de novas

¹⁷ Lugar onde moram e interagem as pessoas, suas variadas formas de relações de poder estabelecidas na família, igrejas, sindicato de trabalhadores, sindicato patronal, o poder público, clube de mães, grupos de jovens, e demais organizações formais e/ou informais.

¹⁸ Formação de dirigentes e lideranças de base para atuar nos conselhos, grupos de trabalho, fóruns, comissões,...

¹⁹ O GTB ocorre anualmente, constitui-se enquanto espaço de articulação, mobilização e negociação das demandas da categoria trabalhadora rural junto ao poder público.

²⁰ A Marcha das Margaridas é organizada e coordenada pelas mulheres trabalhadoras rurais organizadas no MSTTR. Um processo educativo que ocorre a cada três anos, conjuga uma leitura crítica da realidade, com a articulação, mobilização e negociação das demandas das mulheres junto ao poder público.

²¹ O 1º Encontro nacional ocorreu em março/2007, reunindo a juventude rural de todo o país.

²² O MDA foi criado em 2000 por pressão e proposição da CONTAG e demais organizações que atuam no campo, para realizar a gestão das políticas públicas para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária,

²³ Lei 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

relações sociais, entre pessoas e destas com o meio social e ambiental e; a capacidade organizativa, que referenciam outras dimensões fundamentais como “fazer sindical”, a mobilização, a reinvidicação e a formação.

Esses aspectos constituem desafios permanentes para a transformação das relações e práticas entre as pessoas, nos espaços de vida e militância, para o exercício da democracia e o protagonismo político dos diversos sujeitos do campo e da floresta que compõem a categoria trabalhadora rural.

1.3. Sua Organização Sindical

O MSTTR compreende a organização sindical enquanto meio (instrumento) que articula as lutas gerais e históricas da classe trabalhadora, com as demandas específicas dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Não representando um fim em si mesmo, ela é articulada pela luta concreta e cotidiana e, ao mesmo tempo articuladora da mesma.

Quando foram criados os primeiros sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais²⁴, ainda na década de 1930, não existia amparo legal para sua existência. Mas, isso não foi impeditivo para sua organização, e para transformar-se em pólo aglutinador de mobilizações e lutas.

Somente em 1944, com o Decreto 7.038²⁵, que o Estado autoriza de forma explícita a sindicalização rural. A regulamentação do sistema confederativo no campo se deu por meio da Portaria nº 355-A de 1962, reconhecendo 04 categorias profissionais: trabalhadores na lavoura, na pecuária e similares, trabalhadores na produção extrativa rural e produtores autônomos²⁶.

Mesmo assim, já existiam 475 Sindicatos (220 reconhecidos pelo Ministério do Trabalho) e 29 Federações (16 reconhecidas pelo Ministério do Trabalho) no processo de fundação da CONTAG. Numa clara demonstração de capacidade organizativa e de articulação da luta cotidiana, com a construção de uma organização autônoma, classista e combativa.

Buscando ampliar o controle sobre essas entidades sindicais, que historicamente contou com forte influência de setores progressistas,²⁷ o governo militar define o enquadramento sindical de uma única categoria - a de trabalhador rural, por meio da Portaria nº 71²⁸, de fevereiro/1965.

Para a CONTAG esse momento representou mais um desafio a ser superado para a construção de uma organização nacional no

²⁴ Sindicato de Campos/RJ e Ilhéus/BA, com uma pauta sindical marcadamente voltada para as demandas dos assalariados rurais.

²⁵ O presidente Vargas institui o decreto 7038, de 10 de novembro de 1944, autorizando a organização sindical rural, estabelecendo que 5 sindicatos pudessem formar uma Federação e três Federações pudessem criar uma Confederação. Estende-se ao meio rural o que já era realidade no meio urbano.

²⁶ Englobando pequenos proprietários, arrendatários e autônomos, desde que explorassem atividade rural em regime de economia familiar ou coletiva sem agregados.

²⁷ Setores da Igreja Católica, Partido Comunista, dentre outros.

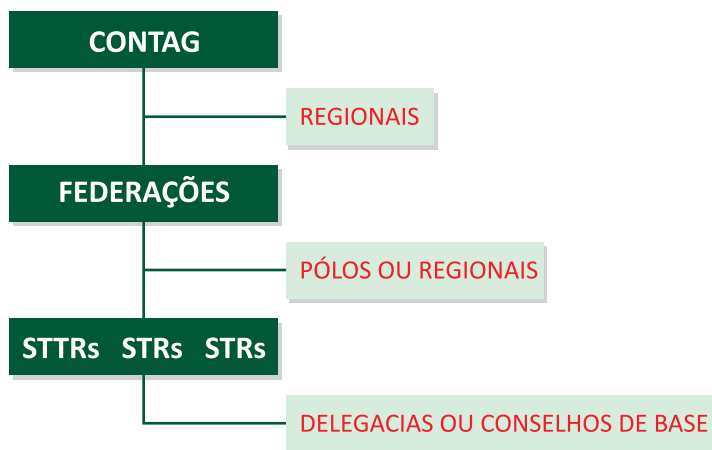
²⁸ Definiu como trabalhador rural: “pessoa física que exerça atividade profissional rural sob a forma de emprego ou como empreendedor autônomo, neste caso em regime de economia individual, familiar ou coletiva e sem empregados”.

campo. Desde então, sempre que as necessidades da categoria trabalhadora rural exigiam, a estrutura organizativa foi sendo recriada para atendê-la e, para fortalecer a organização sindical do MSTTR.

Um exemplo dessa recriação foram as primeiras eleições congressuais. Mesmo quando legalmente as eleições de entidades de terceiro grau (Confederações) ocorriam em assembléias do conselho deliberativo, a CONTAG já realizava eleições congressuais e apenas referendavam nas assembléias do Conselho Deliberativo.

O MSTTR tornou-se um sistema complexo, com grande capilaridade e um público diverso. Essa complexidade requer uma permanente sintonia e articulação entre as instâncias que o compõe, situação desafio, sempre presente nos planejamentos e nas estratégias do movimento.

Nessa organização sindical a CONTAG coordena e representa os interesses imediatos e históricos de 26 Federações Estaduais, 01 Federação do Distrito Federal e Entorno e, 05 Coordenações Regionais. As 27 Federações coordenam e representam aproximadamente 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, além de 296 Pólos ou Regionais Sindicais. Os Sindicatos por sua vez, coordenam e representam politicamente mais de 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais distribuídos nos 5.564 municípios brasileiros.



A organização sindical ganha maior importância estratégica com a construção e desenvolvimento do PADRSS. Passa a se constituir enquanto espaços de articulação, de debate político e de proposição na perspectiva de construção de uma *nova sociabilidade*²⁹.

²⁹ Conjunto de práticas políticas dos sujeitos e das suas organizações, capazes de desencadear mudanças significativas na visão de mundo, de sociedade e de inter-relações pessoais e organizacionais.

³⁰ Luta por uma sociedade justa, igualitária, sem discriminação e preconceito de qualquer natureza.

³¹ Espaços políticos e coletivos de elaboração, proposição e de encaminhamentos das lutas do MSTTR. Não se configuram como sobreposição à estrutura vertical, visto que, são espaços que retroalimentam essa estrutura.

O PADRSS estabelece referenciais político-projetivos necessários a essa construção, dando visibilidade à participação e representação dos diversos sujeitos que compõem a base de representação, garantem dinamismo e organicidade. Potencializa a formulação de políticas e estratégias de transformação social, articulando-as aos referenciais históricos³⁰ da classe trabalhadora.

As Delegacias Sindicais e dos Conselhos de Base nos STTRs, de Pólos ou Regionais Sindicais nas FETAGs e de Coordenações Regionais na CONTAG, que chamaremos de organização horizontal³¹, representam essa recriação. Contribuem para a ampliação da participação, além de constituírem-se enquanto espaço concreto de formação político-sindical na ação.

A constituição de secretarias e coordenações, além de representar a ampliação do quadro dirigente das entidades sindicais, contribuiu enormemente para dar visibilidade e importância estratégica na agenda sindical às demandas de meio ambiente, das mulheres, da juventude, da terceira idade.

Outro exemplo de recriação da organização sindical foram os coletivos e comissões. Espaços inovadores na prática sindical, constituídos por dirigentes e assessorias, oportunizam a reflexão, debate e elaboração de proposições às questões específicas vivenciadas no cotidiano sindical, remetendo-as aos espaços deliberativos do movimento.



O MSTTR reinventa e resignifica sua organização sindical, articulando:

1. A história da organização, as lutas e conquistas, estrutura e cultura sindical – o **passado**.
2. A realidade estrutural e conjuntural em que estão inseridos os trabalhadores e trabalhadoras rurais, e suas demandas – o **presente**.
3. O nosso projeto, o quê, como e onde queremos chegar – o **futuro**.

Com a implementação do PADRSS, se efetiva participação dos diversos sujeitos que compõe a base social do movimento, por meio do aprofundamento da democracia interna enquanto valor político e, das cotas de participação e representação das mulheres, juventude e da terceira idade. O mesmo ocorre na gestão sindical, mecanismos e instrumentos de monitoramento, a exemplo das comissões de ética, contribui para tornar a gestão transparente e democrática. Essas mudanças possibilitam ajustes tanto na organização, quanto na prática sindical do MSTTR.

Esse vivenciar práticas transformadoras e inovadoras é um aprendizado árduo, lento e necessita ser permanente. Demandando desprendimento e ruptura com a cultura política de competição/enfrentamento. Possibilita a afirmação da cooperação e solidariedade como base para os processos de transformação social desejados. Requer mudanças profundas de comportamento e de mentalidade das lideranças e assessorias sindicais, de modo a permitir a construção coletiva de estratégias que efetivem essas práticas transformadoras.

Imbuídos dessa compreensão que se articula com sua missão estratégica³², a CONTAG junto com as Federações e Sindicatos, reafirma e estimula práticas sindicais que, em alguns casos, não encontram precedentes na história do movimento sindical brasileiro. Dentre estas, a renovação de 30% das direções nos processos eleitorais, a não permanência do/a dirigente em um mesmo cargo de direção por mais de dois mandatos consecutivos, ou ainda, não podendo candidatar-se a chapa que não contemple as cotas mínimas de representação das mulheres, juventude e da terceira idade.

A ética sindical³³, valor e princípio agregador de boas práticas político-sindicais, expressa a intencionalidade política presente na proposta em construção de uma *nova sociabilidade*. Uma ética sindical centrada na solidariedade e na cooperação entre jeitos de ser e de ver o mundo, mediados pelos princípios e fundamentos presentes na missão da CONTAG.

³² Missão da CONTAG:
“ser referência na luta dos trabalhadores e trabalhadoras rurais por melhores condições de vida e trabalho, através da construção, implementação e consolidação do PADRSS”

³³ Busca de compromissos básicos de convivência que assegurem a dignidade humana, o respeito à diversidade, a honestidade no emprego do patrimônio construído coletivamente e a defesa dos interesses dos trabalhadores/as trabalhadoras, é uma construção coletiva, que passa por mudanças à medida que novos temas vão sendo colocados na pauta da discussão sindical.

O MSTTR nessa última década (1998/2008) vem recriando sua organização e conseqüentemente seu “fazer sindical”, seja a partir da ampliação das suas frentes de luta, seja dando visibilidade aos diversos sujeitos políticos e sociais que o compõem, seja ampliando e consolidando os espaços de deliberação e construção coletiva.

1.4. Sua Formação Sindical

Desde seu nascedouro que a estratégia era realizar massiva formação de base. A partir da retomada da direção política da CONTAG, em 1969, é retomada a estratégia de formação de base nacional. Com forte estímulo à alfabetização³⁴, pois se analisava que a aprendizagem da leitura e da escrita facilitava o processo de formação das lideranças de base. Na tentativa de organizar o enfrentamento ao coronelismo, as oligarquias e ao latifúndio, superar a dificuldade de acesso a informações, além de estimular e fortalecer a identidade e auto-estima do campesinato.

A educação sindical³⁵ era voltada para a organização e estruturação das entidades sindicais. Buscando a organização dos sindicatos e federações, para superar as divergências alimentadas durante o período de intervenção e, para favorecer processos massivos de alfabetização.

Duas características dessa ação formativa explicitam bem este momento. A primeira era a relação direta dos (as) dirigentes com as comunidades rurais e a ênfase no trabalho de base. A segunda, era a luta de classe enquanto centralidade de sua ação política, vinculando a luta pela terra e a defesa dos direitos trabalhistas.

Durante a democratização do país (década de 1980), ocorre uma retomada da formação sindical. Essa retomada esteve focada nas demandas de assalariados e assalariadas rurais, com a colaboração do DIEESE, a CONTAG desencadeia intenso processo educativo voltado para as lideranças e dirigentes sindicais. Esse processo abordava temas como: negociação coletiva de trabalho, acordos e convenções coletivas de trabalho, campanhas salariais e política sindical, com a realização de encontros estaduais e nacionais.

Ainda nessa década, novos paradigmas foram incorporados à formação sindical, sobretudo, em conseqüência da redemocratização do país. A retomada de entidades que estavam nas mãos de setores conservadores ou interventores, por meio da organização de oposições

³⁴ Esse era um momento no qual o Brasil vivia uma efervescência de movimentos de alfabetização e cultura popular na perspectiva de contribuir com uma estratégia desenvolvimento.

³⁵ A expressão formação sindical, só será incorporada na agenda como concebemos hoje, a partir da década de 1980. Até então, educação sindical era a expressão utilizada.

sindicais para concorrer às eleições, marcou a organização sindical, e consequentemente, a formação de novas lideranças e dirigentes que passaram a assumir a direção dos sindicatos e federações

O restabelecimento da democracia aponta para a necessidade de bandeiras unitárias e nacionalmente articuladas. Desponta no 5º Congresso da CONTAG, enquanto demanda concreta do MSTTR, a construção de um projeto político que fosse alternativo a realidade excludente e neoliberal que ganhava hegemonia a partir do governo Collor.

A aproximação e posterior filiação à Central Única dos Trabalhadores – CUT em muito contribuiu para essa reflexão. A realização do Projeto de Pesquisa e Formação Sindical, conhecido como CUT/CONTAG, foi um dos instrumentos que contribuíram para a construção do que viria a ser o PADRSS. A realização de 05 seminários regionais sobre desenvolvimento rural, envolvendo dirigentes e assessorias sindicais, estudiosos de destacadas Universidades e entidades parceiras, também contribuíram para fundamentar os princípios e fundamentos do PADRSS.

Em 1998, durante o 7º Congresso da CONTAG que o PADRSS foi aprovado enquanto o projeto político do MSTTR. Com isso, a Formação Sindical passou a ter uma referência político-pedagógica unificada nacionalmente. Referencial este, que leva em conta as demandas regionais, culturais, produtivas, organizativas, sociais e as dimensões transversais de gênero, geração, étnico-raciais e ambientais.

A partir daí, pode-se afirmar que a formação sindical vivia outra retomada, as lideranças de base e direções intermediária, estadual e nacional, voltam a ser o público da ação formativa. Nesta retomada, um processo formativo que merece destaque É o Programa de Desenvolvimento Local Sustentável – PDLS. Esse programa trouxe algumas novidades:

- a ação formativa ocorria no local e com o público local;
- o foco eram as políticas públicas, seu controle, gestão, proposição e negociação;
- o PADRSS foi o fio condutor de toda a ação
- o estímulo à construção de parcerias e alianças no nível local;
- o estímulo à intervenção qualificada junto ao poder público local.

A formação sindical se transformou em uma ação *meio*. O PADRSS estimulou a secretaria de formação e as demais secretarias da CONTAG, a propor estratégias articuladas de implementação das demandas específicas.

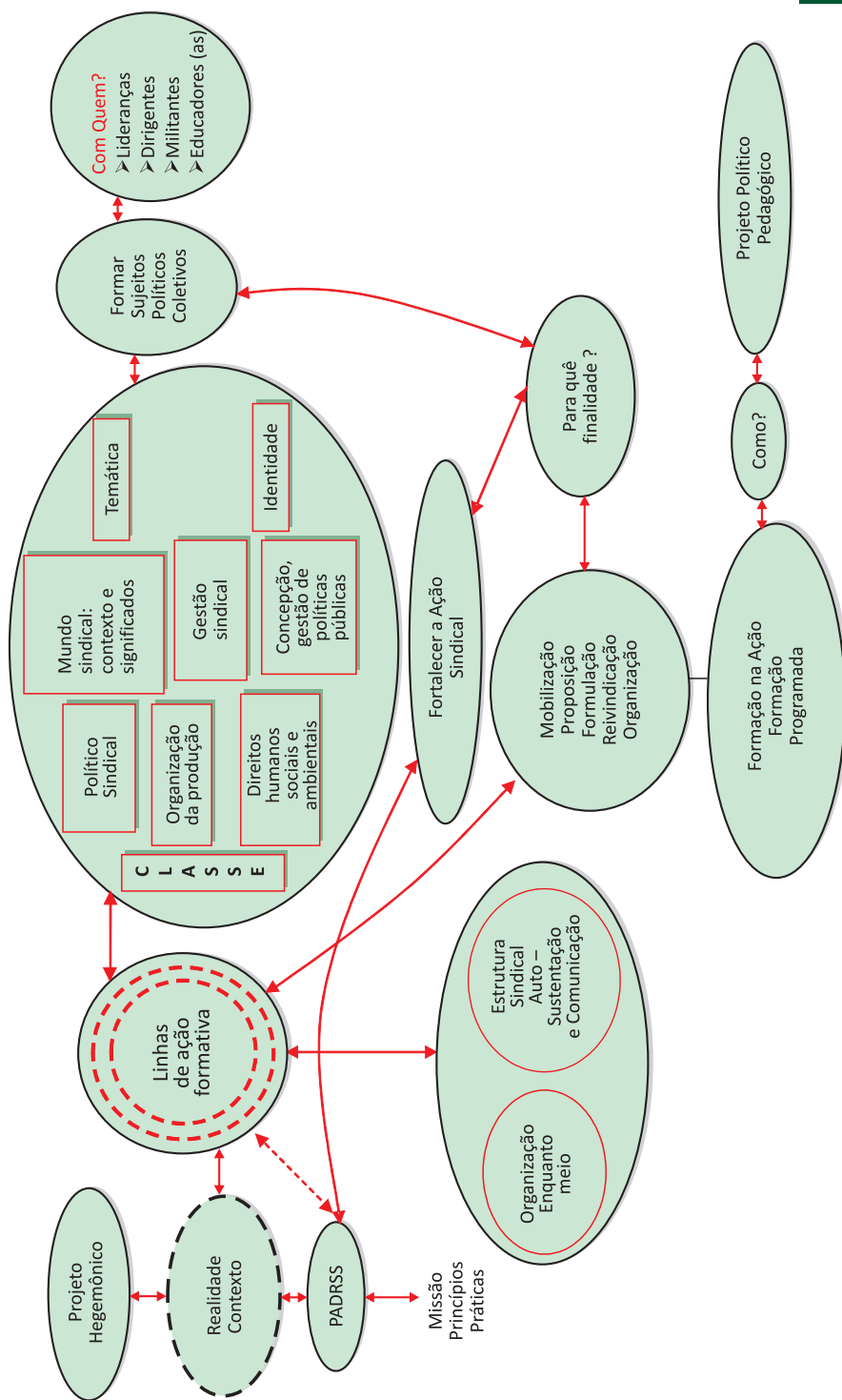
O 9º congresso da CONTAG aprovou mudanças significativas no “fazer pedagógico”. Em destaque, a criação da Escola Nacional de Formação da CONTAG – ENFOC³⁶. Aprovou a formação desenvolvida, por atender as demandas cotidianas e imediatas da categoria. Mas, identificou que se faz necessário uma formação político-ideológica voltada para dirigentes e lideranças sindicais, sobretudo, mulheres e jovens

Na perspectiva de efetivar essa deliberação, foi realizado o Encontro Nacional de Formação da CONTAG – ENAFOR³⁷, espaço de reflexão coletiva com objetivo de constituir uma base referencial para a construção da Política Nacional de Formação – PNF, do Projeto Político Pedagógico – PPP e da ENFOC.

Esse momento representa outra retomada da formação sindical. Por meio de uma ação formativa “transformadora e libertadora”, a ENFOC se consolidou enquanto esse espaço de estímulo permanente à reflexão crítica da prática sindical.

³⁶ Deliberada pelo 9º CNTTR, aprofundada pelo ENAFOR e aprovada pelo Conselho Deliberativo da CONTAG em Novembro de 2005.

³⁷ Realizado em outubro de 2005, contou com a participação de dirigentes sindicais de todas as Federações, além de entidades parceiras, que debateram por cinco dias os princípios pedagógico-metodológicos e político-organizativos, na perspectiva de construção da Política Nacional de Formação – PNF e da Escola de Formação Política do MSTTR.







2. A CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

Os processos formativos desenvolvidos pelo MSTTR nos últimos 10 anos buscaram consolidar, uma Política Nacional de Formação. Desde então, se intensificam os debates sobre qual a política e qual estratégia político-pedagógica capaz de responder aos novos e históricos desafios da ação sindical. Dialogando com os princípios educativos da teoria da formação humana, num processo de troca do conhecimento empírico³⁸ e científico.

Desse modo a formação assume dimensões políticas, conceituais e metodológicas, capazes de estimular e orientar *a prática de pensar a prática*, numa visão sistêmica e continuada. A teorização da prática instrumentaliza a fundamentação política para a ação transformadora, numa perspectiva de mudança de paradigmas, de atitudes e de comportamentos, com ênfase na troca de saberes acumulados pelas lideranças, dirigentes (homens e mulheres), educadores e educadoras, que protagonizam, cotidianamente, a luta sindical.

A ampliação dos quadros dirigentes, principalmente a partir das cotas mínimas de representação e participação das mulheres, jovens e terceira idade, somada a ampliação das frentes de luta, requer uma formação político-ideológica permanente e continuada.

Essa reflexão norteou os trabalhos durante os cinco dias do ENAFOR. Partindo da construção de um balanço das práticas formativas desenvolvidas, evidencia-se o PADRSS enquanto referência política para todos os processos e/ou atividades formativas. Ao mesmo tempo, esse balanço apontou a ausência de maior unidade entre essas

³⁸ Baseado na experiência ou na observação da realidade.

práticas formativas, sobretudo, quanto aos referenciais pedagógico-metodológicos utilizados. Portanto, evidenciando a necessidade e urgência da construção de uma política nacional de formação para o MSTTR.

O ENAFOR buscou construir ‘pontes’ que articulassem essas práticas formativas, partindo da reflexão teórica e prática sobre esses processos formativos desenvolvidos pelo movimento, em um permanente diálogo com os referenciais da educação popular. O marco desse encontro foi a construção de referenciais pedagógico-metodológicos (Projeto Político Pedagógico – PPP), que somados aos referenciais políticos construídos pelo MSTTR (Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS), constituem a política nacional de formação – PNF.

Grande parte das ações desenvolvidas pela secretarias e coordenações, são ações formativas, essa afirmativa expressa o alcance e importância que adquire a PNF. Logo, esse espaço não se expressa em uma secretaria apenas, mas, no conjunto do MSTTR.

O ENAFOR desencadeou e consolidou importantes iniciativas, dentre elas, os encontros estaduais de formação e o fortalecimento dos coletivos estaduais de formação, esses espaços imbuídos da realidade estadual, possibilitam um diálogo interessante acerca dos princípios e fundamentos da PNF e a prática formativa do MSTTR no estado.

Essa permanente resignificação do “fazer pedagógico” incorporado à diversidade local, estadual e regional, torna a PNF um conjunto de princípios e de referenciais transformadores e libertadores, não se representando em um documento apenas. Nesse sentido, a ENFOC, as secretarias e as coordenações sejam nas FETAGS e na CONTAG, são espaços privilegiados de experimentação, desenvolvimento, consolidação e aprimoramento permanente da PNF, na perspectiva de consolidar essas intencionalidades.

2.1. A Formação como fortalecimento da organização sindical

A formação concebe a organização sindical como espaço estratégico, por meio do qual, as ações se efetivam, devendo potencializar o desenvolvimento de estratégias articuladas e dinamizar os processos formativos, assim como sinaliza o PADRSS.

Na história do MSTTR, a formação e a organização se constituem num binômio³⁹ indivisível. O resgate e o fortalecimento de um dos dois

³⁹ Refere a dois termos, expressões.

pólos deste binômio remetem necessariamente ao outro. Ambos são espaços e instrumentos de lutas: eles foram gradativamente consolidando sua unidade, até confluírem no desenvolvimento do PADRSS.

A dimensão formativo-organizativa é parte constitutiva de uma concepção política e pedagógico-metodológica que fundamenta e orienta toda a ação sindical e, são articulados pela missão do MSTTR.

O MSTTR possui espaços dinâmicos e democráticos, a efetividade das políticas deliberadas nos congressos requer diversificação e descentralização das ações, exercício de gestão compartilhada, aprofundamento da democracia interna, articulação direção-base e investimentos em processos formativos. Lideranças comprometidas com o projeto político da categoria constroem entidades sindicais fortes, democráticas, transparentes e inovadoras.

Sua estrutura organizativa favorece o desenvolvimento de ações articuladas devido sua capilaridade (presença em quase todo território brasileiro) e capacidade mobilizadora. Por sua vez, remete à formação o desafio de estimular de forma permanente e continuada, processos formativos capazes de estimular essa identidade política e organizativa.

Para que a formação tenha êxito no seu propósito político de fortalecer as entidades e a luta sindical, é preciso que a prática sindical de dirigentes e assessorias seja orientada por princípios políticos comuns. Nesse sentido, a constituição da PNF significa uma retomada da formação sindical pelo MSTTR, a partir de referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos construídos coletivamente.





3. REFERENCIAIS POLÍTICOS-PEDAGÓGICOS E METODOLÓGICOS DA FORMAÇÃO SINDICAL

A PNF está intimamente articulada a concepção do PADRSS que é: construir uma sociedade mais justa solidária e igualitária, que assegure qualidade de vida, reduza a pobreza e supere as desigualdades e do PPP que é: articular conteúdos e abordagens às diversidades dos sujeitos, ritmos e tempos do ensino aprendizagem, considerando que neste processo todos ensinam e todos aprendem.

Em síntese, a formação da qual falamos deve ter enquanto objetivos centrais a implementação e consolidação do PADRSS e de práticas formativas que dialogue com a diversidade dos sujeitos e suas necessidades individuais e coletivas.

Para tanto os princípios e as abordagens devem se pautar pela articulação permanente entre prática e teoria e pela construção coletiva de conhecimentos numa perspectiva de retro-alimentar a própria prática. Uma prática que articule as dimensões: mobilização-proposição – organização-formação.

A formação política para uma ação transformadora da realidade requer ultrapassar os espaços dos processos cognitivos⁴⁰ e estimular a construção de alternativas aos problemas identificados no cotidiano. Ao terem acesso ao instrumental teórico e metodológico, as pessoas transformam sua prática política, ao tempo em que se qualifica para atuar de modo a fazer avançar a organização e a luta dos/as trabalhadores/as rurais, considerando que:

- A formação deve ser continuada, tendo o PADRSS enquanto temática obrigatória, evidenciando a contraposição ao projeto político predominante.

⁴⁰ Relativo ao conhecimento, logo, processos cognitivos significam as interpretações e significados de uma pessoa sobre si mesma e sobre a realidade.

- Deve estimular uma leitura crítica do universo rural, suas dinâmicas e demandas, questionando os antigos valores e construindo novos, que dêem conta desse novo sujeito/a.
- Nossa ação formativa deve estimular a compreensão dos/as trabalhadores/as sobre os eixos táticos e estratégicos do PADRSS.
- Deve contribuir para uma nova postura individual e coletiva, capaz de fortalecer as iniciativas em torno do equilíbrio dos aspectos ambientais, econômicos e sociais.
- Deve contribuir para a afirmação de identidades sócio-culturais, difusão de valores éticos, de justiça e solidariedade, superação de preconceitos, incentivo à participação democrática, à construção da autonomia e pela liberdade, ao crescimento da consciência e do respeito das diferenças de gênero, raça e geração.
- Deve recusar as visões únicas e as verdades pré-estabelecidas e ser orientada pela pluralidade de idéias, pela criticidade e pela criatividade.

Estamos nos referindo a um processo educativo que considere as múltiplas dimensões da subjetividade⁴¹ humana, contemplativas das particularidades dos sujeitos envolvidos. Um processo que trabalhe o acolhimento, a afetividade, e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas. Uma formação que considere o ser humano na sua integralidade e suas relações com o mundo do trabalho, das relações na família e na sociedade. Uma formação com múltiplas dimensões passa necessariamente pela construção de saberes a partir da interdisciplinaridade⁴², tendo como referencial o campo e sua diversidade, as relações culturais e sociais e outras peculiaridades do mundo rural.

3.1. Referencial político: Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS

Para se contrapor ao modelo neoliberal que propaga um desenvolvimento conservador, excludente e concentrador da terra e da renda, que resultou em problemas sociais, econômicos e ambientais para o país, o MSTTR - concebeu o PADRSS.

Com essa iniciativa afirma para a sociedade a importância social e econômica do meio rural para o desenvolvimento sustentável e

⁴¹ Relativo a um indivíduo, integra o domínio das atividades psíquicas, sentimentais e/ou emocionais.

⁴² Interação entre 2 ou mais disciplinas ou áreas do saber numa perspectiva de superação da visão fragmentada do conhecimento.

solidário, o que só é possível com gente no campo em condições de produzir e viver com dignidade. Portanto, desenvolvimento rural sustentável e solidário se efetiva, quando construído com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Tendo enquanto essência, a democratização do acesso à terra, políticas públicas com igualdade de oportunidades e exercício pleno da cidadania – acesso à saúde, educação, lazer, cultura, habitação, etc. Sem essas condições permanece a migração de homens e mulheres para as cidades, sobretudo da juventude, indicando a falta de alternativas para seguir vivendo no campo.

Esta falta de condições revela as adversidades que pesam sobre homens e mulheres do meio rural que, normalmente, se estende à vida nas cidades onde passam a sofrer com a falta de trabalho e habitação, além da violência. Transformar essa realidade só é possível com alternativas de desenvolvimento que invistam nas potencialidades do meio rural de modo sustentável e solidário.

Entendendo enquanto **Sustentável**, a articulação dinâmica entre crescimento econômico, respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às tradições, relações, culturas e saberes, organização e participação política dos povos do campo e da floresta. Indica um desenvolvimento capaz de se manter e de se reproduzir a longo prazo.

Entendendo enquanto **Solidariedade**, os modos de interagir e de se relacionar na família, na comunidade e nos diversos espaços da vida social. Refere-se a novas práticas baseadas no respeito às individualidades e diferenças, capazes de fortalecer a cooperação entre pessoas, grupos e povos, para construir alternativas de produção, consumo, comércio formas de bem viver. A solidariedade se constrói com alternativas de convivência e organização nos diversos espaços da vida cotidiana, do trabalho e da produção, da cultura e do lazer e implica no combate a todas as formas de desigualdades, em especial as desigualdades de gênero, de geração, de raça e de etnia.

A implementação do PADRSS desencadeia ações massivas de combate às consequências perversas do atual modelo de desenvolvimento e de reivindicação de políticas públicas e sociais que visam construir uma sociedade justa e solidária, que assegure qualidade de vida, combata a pobreza e supere as desigualdades.

O projeto tem por princípio a realização de uma ampla e massiva reforma agrária, ampliação, valorização e fortalecimento da agricultura familiar, além da geração de empregos, renda e oportunidades produtivas para os assalariados e assalariadas rurais.

A atuação política do MSTTR nesse sentido é desafiadora uma vez que exige um processo de mobilização, organização e capacitação permanentes. Implica, portanto, na intervenção articulada e qualificada nos níveis local, estadual e nacional para contribuir com o avanço na luta histórica da classe trabalhadora.

O caráter reivindicativo e reativo do MSTTR em relação às políticas governamentais e à ação parlamentar sempre orientou as ações sindicais. Esse esforço se amplia e se qualifica, tornando-se propositivo e negociador de políticas públicas e sociais necessárias para a efetivação do PADRSS.

Uma nova dinâmica vem sendo construída, ampliando e fortalecendo as formas organizativas do movimento sindical (regionais da Contag, secretarias, comissões, coletivos, pólos sindicais), diversificando e qualificando as bandeiras de lutas, de modo a possibilitar que os trabalhadores e trabalhadoras rurais assumam o papel ativo nas políticas de desenvolvimento.

Embora se tenha obtido avanços significativos nos últimos anos, ainda se está longe de superar as conseqüências originárias do modelo de desenvolvimento implementado no Brasil. O crescimento econômico baseado no capital financeiro, no fortalecimento do agronegócio que produz para exportação, concentra terra e renda, destrói a diversidade e o meio ambiente, ainda representa a lógica do modelo atual.

O PADRSS dessa forma se apresenta com três aspectos que conformam sua unidade política na construção de um campo ambientalmente produtivo, culturalmente dinâmico, socialmente político, potencialmente viável e sustentável. São esses aspectos: a efetivação de políticas públicas e sociais que garantam vida digna; a configuração de novas relações sociais, entre pessoas e destas com o meio social e a capacidade organizativa do MSTTR.

Esses aspectos constituem desafios permanentes para a transformação das relações e práticas entre as pessoas, nos espaços de vida e militância, para o exercício da democracia e o protagonismo político dos diversos sujeitos do campo e da floresta – agricultores/as familiares; assalariados/as rurais; acampados/as; assentados/as, extrativistas e ribeirinhos. Esse processo de transformação deve se refletir nas políticas públicas e sociais de modo a dinamizar o campo e prover as necessidades dos sujeitos respeitando a diversidade social, cultural e política e assegurando o pleno exercício de sua cidadania.

A implementação do PADRSS exige processos formativos e articulados capazes de contribuir no fortalecimento das ações e para o

aprimoramento e atualização de sua agenda política. Dessa forma as ações de massa são reconhecidas em seu potencial formador se previamente planejadas, com intencionalidade política, formativa, reivindicativa, propositiva e de negociação. Os trabalhadores e trabalhadoras rurais que participam dessas ações devem ter clareza política sobre suas demandas, desejos e aspirações.

Essa intencionalidade demanda lideranças com capacidade crítica e mobilizadora para intervir nos padrões de desenvolvimento implantados secularmente no Brasil; propor políticas públicas e sociais que atendam as necessidades da gente do campo e, ainda, atuar nos espaços de gestão dessas políticas. O MSTTR considera essa demanda essencial para uma ação sindical transformadora, que é assumida por meio da PNF.

Ou seja, uma formação para uma ação transformadora de realidades requer ultrapassar os espaços de reflexão teórica e identificar e estimular a construção de alternativas aos problemas do cotidiano dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e contribuir para que as pessoas tenham a capacidade de transformar sua prática política, para qualificar e fazer avançar a organização e a luta no movimento sindical.

Compreende-se, portanto, que a formação deve ser permanente e continuada. Tendo o PADRSS como seu eixo estruturante, evidenciando sua contraposição ao projeto predominante na sociedade. Requer a motivação de uma leitura ampla do universo rural, suas dinâmicas, demandas e necessidades, devem estimular a vivência de práticas individuais e coletivas, capazes de construir o equilíbrio entre trabalho-natureza-produção. Esse processo contribui efetivamente para a sustentabilidade das pessoas e do planeta.

Referimo-nos a um processo que considera e valoriza as dimensões do trabalho produtivo e reprodutivo, o acolhimento, a afetividade, e outros aspectos fortalecedores das identidades individuais e coletivas. Uma formação que passa necessariamente pela construção de saberes a partir da articulação entre conhecimentos sobre o campo e sua diversidade, sobre a ação sindical e seus desafios.

3.2. Referencial pedagógico e metodológico: Projeto Político-Pedagógico da Formação Sindical

Os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos são a espinha dorsal da formação sindical, e deve ser sistematizado no PPP

da Formação Sindical, que juntamente com o PADRSS serão os eixos orientadores de todo o processo formativo a ser desenvolvimento pelo MSTTR.

O PPP explicita um conjunto de práticas, princípios, valores que consideramos referenciais para nossa ação política individual e coletiva. Orientadores da formação e dos processos de gestão e organização do trabalho pedagógico. Está fundamentado na Educação Popular, tendo como pressuposto⁴³ o processo de emancipação do ser humano e uma metodologia de construção coletiva do conhecimento. Alguns princípios que norteiam esse projeto.

- a) *A compreensão do ser humano em sua totalidade.* Trata-se de considerar as múltiplas dimensões da vida e do saber, como a cultura, as artes, a poesia, dialogando com outros saberes da realidade, conhecendo e refletindo sobre as diversas correntes de pensamento existentes.
- b) *A permanente abertura aos vários saberes.* Esse pressuposto está intimamente ligado ao anterior. Referimo-nos à ética, à ecologia, à economia, e outras áreas construtoras de saberes, assumindo diferentes linguagens e tendo o cuidado com as especificidades dos diferentes sujeitos políticos.
- c) *A reconstrução da mística de mudança social,* passando pela retomada de referenciais teórico-político, por uma retrospectiva crítica das lutas e, pela reinvenção e uso de símbolos, gestos e comportamentos que ajudem a revitalizar o horizonte utópico, combinando o sonho numa sociedade nova - igualitária, solidária e democrática – com o compromisso de contribuir com sua construção desde agora, engajando-se na luta contra o atual projeto capitalista.
- d) *A permanente articulação entre prática e teoria.* Trata-se de estabelecer com a formação e com a prática sindical uma relação que lhe é inerente, que estimule a problematização e a fundamentação da ação. Agregando à vivência, informações historicamente sistematizadas e os novos conhecimentos construídos de modo a contribuir com a revisão de velhas práticas instituídas no movimento sindical e garantir que a dimensão teórica seja dialeticamente⁴⁴ levada em consideração, contribuindo com o aprofundamento dos saberes.

Por outro lado, essa conjugação entre conhecimento técnico e acadêmico com os saberes populares e empíricos deve ser dinâmica, na perspectiva de que o conhecimento não é finito⁴⁵ e nem efêmero⁴⁶. Esse processo estimula interação e questionamento

⁴³ Implica em idéias não expressas, mas que estabelecem um plano de fundo para as idéias em debate.

⁴⁴ Dialética se expressa enquanto a “arte do diálogo ou da discussão, força de argumentação”

⁴⁵ Aquilo que tem fim.

⁴⁶ De pouca duração, passageiro, transitório.

mútuos, e produz um novo saber, necessário para alterar a realidade que estiver sendo investigada ou enfrentada.

- e) *A interdisciplinaridade na abordagem dos conhecimentos.* Deve-se primar por uma construção dos conhecimentos de forma integrada, numa relação entre específico e o geral, tendo como referência o mundo do trabalho, as relações sociais, a cultura vivida pela população do campo e outras peculiaridades do mundo rural. A interdisciplinaridade expressa, de fato, uma forma de ver e sentir o mundo em sua totalidade, de estarmos inseridos (as) numa busca incessante para descobrirmos seu sentido e suas possibilidades de mudança. Essa busca nos leva a compreendermos o mundo de forma holística⁴⁷, em sua rede de infinitas relações, em sua complexidade e a considerar nesse processo a abordagem articulada das diferentes áreas de conhecimento.
- f) *Formação pluralista, classista, crítica e criativa.* A formação transformadora recusa a visão única, pois dialoga com uma diversidade de pontos de vista existentes e pauta-se na questão da identidade de classe. O “fazer pedagógico” deve estimular que essas diferentes visões sejam explicitadas, ao tempo em que deve aguçar a capacidade de questionamento crítico, ampliando as possibilidades de revigorar a luta sindical.
- g) *Postura avaliativa e crítica permanente da ação e da prática formativa.* O compromisso com a ação concreta de transformação social requer que se avalie continuamente a prática dos diversos sujeitos. Dessa forma, se torna possível re-elaborar a própria prática e, ao mesmo tempo, o processo formativo a partir da identificação dos avanços e das dificuldades vivenciadas pelos sujeitos da formação. Entre os referenciais de avaliação será conveniente incluir: o desempenho do público da formação; as várias dimensões abordadas na formação - político-ideológica e pedagógico-metodológica; os resultados e impactos alcançados tendo como pressuposto os objetivos previamente delineados. A avaliação deve ser vista como parte de um sistema de instrumentos, procedimentos e metodologias específicas. Referimo-nos ao assim chamado PMAS: Sistema de Planejamento, Monitoramento, Avaliação e Sistematização.
- h) *A construção coletiva do conhecimento.* O conhecimento é construído a partir do pressuposto de não existir alguém que sabe tudo (educador/a) que *transfere ou repassa* ao que nada sabe (educando/a). Aprender e ensinar são indissociáveis, ensinamos

⁴⁷ Compreendendo que não se pode explicá-lo por uma dimensão apenas, mas sim, pela compreensão do todo.

na medida em que aprendemos, aprendemos na medida em que ensinamos. Os níveis diferenciados de saberes devem ser potencializados de modo que o saber de cada um é valorizado e levado em consideração na mediação em favor da construção coletiva. A produção desse novo conhecimento é permeada de informações, vivências, percepções e experiências que as pessoas trazem em seu “repertório” individual. Nesse sentido, ninguém permanece impassível diante dessa vivência coletiva, todos aprendem juntos, inclusive a desaprender aquilo que não lhes cabe mais no novo contexto de aprendizagem.

- i) *A vivência de relações horizontais entre educador (a) e educandos(as).* Esse princípio está referenciado no dizer de Paulo Freire (1996:25) que questiona a educação bancária, onde o professor está resguardado em uma visão autoritária e no exercício do poder apassivador⁴⁸, podando de seus educandos (as) a capacidade criativa e crítica e desestimulando a curiosidade. Não há uma relação de dependência e nem de hierarquia entre os sujeitos da aprendizagem. O (a) formador (a) é chamado a ser o (a) mediador (a) entre os participantes (sujeitos do conhecimento) e o próprio conhecimento socialmente acumulado.
- j) *Fortalecimento das identidades: respeito às diferenças de raça/etnia, geração, gênero e região.* O MSTTR caracteriza-se pela diversidade de sujeitos atuantes em um espaço geográfico heterogêneo e de dimensões continentais. A formação assume o compromisso de dialogar com essas e outras diferenças e fortalecer nas pessoas o sentimento de pertença⁴⁹ ao mundo rural, fortalecendo sua identidade de classe, gênero, geração, raça e etnia. Estamos nos referindo aqui à identidade socialmente construída, numa perspectiva de negar a dimensão da identidade historicamente atribuída.
- l) A memória enquanto um potencial crítico-transformador na formação. Trazer a abordagem da memória e identidade para a formação significa valorizar a história individual e coletiva dos trabalhadores e trabalhadoras, em contraponto a uma versão oficial que sempre repercute a visão hegemônica de mundo e de ser humano. Essa dimensão de memória nos processos educativos permite (re) visitar experiências, vivências, épocas passadas, histórias de vida. Permite ainda, um encontro com o fio da história de resistência e de luta, onde cada homem e cada mulher se colocam como construtor de sua própria história. É inevitável que esta dimensão retrate as questões culturais, que faça aflorar aspec-

⁴⁸ Que promove a inércia, a indiferença, que torna alguém passivo.

⁴⁹ Propriedade, domínio.

tos tradicionais disseminados de geração a geração, que reforce as crenças das pessoas. Tudo isto precisa ser resgatado e abordado na visão de sujeitos libertados. Poderá demandar um novo jeito de se apropriar dessa história, apoiado na criticidade e na rebeldia frente à arbitrariedade da história oficial manipulada pelos segmentos hegemônicos de nossa sociedade. A valorização da memória e da identidade sócio-político-cultural é vista aqui como imprescindível para o avanço da pedagogia para uma nova sociabilidade.

Além disso, o PPP deverá sinalizar com referenciais que subsidiem nossa metodologia, os métodos, técnicas e recursos didáticos a serem utilizados na formação, sendo assim compreendida cada uma dessas questões:

- i. **A metodologia** é o rumo geral de nossa ação formativa.
- ii. **O método** é a maneira de se seguir ou aplicar uma metodologia numa situação específica.
- iii. **As técnicas** são os mecanismos que criamos para concretizar um método e perseguir uma metodologia.
- iv. **Material didático** é um instrumento de apoio para registrar, implementar ou consolidar uma ação formativa.

A PNF pode ser traduzida desta forma:



Esses referenciais estão intimamente ligados à ação sindical, tendo como pressuposto a independência de classe e a luta pela transformação da sociedade. Ao mesmo tempo em que aponta nesses referenciais sua identidade de classe, se propõe a ser pluralista e democrática.



4. ESTRATÉGIA POLÍTICO-PEDAGÓGICA DA PNF

O MSTTR vem retomando a formação político-sindical classista, articulada à formação temática desde o ENAFOR/2005. Por meio do itinerário formativo da ENFOC, vem pautando a reflexão de elementos históricos da classe trabalhadora, articulados a uma concepção de sindicalismo classista e libertário no campo, somando-se a formação temática.

Essa estratégia reafirma a PNF enquanto inovação e retomada da formação sindical. Sobretudo, por ela problematizar a prática sindical, promovendo a reflexão e reorientações necessárias para o seu fortalecimento e capacidade para desenvolver o PADRSS. Assim as ações formativas encontram no PADRSS o seu fundamento e se constituem em instrumento estratégico para que trabalhadores e trabalhadoras rurais realizem a conquista do campo que queremos.

4.1. Objetivos

A PNF propõe enquanto objetivos fundamentais para o fortalecimento do MSTTR e para a consolidação do PADRSS, que os dirigentes, assessores (as) e lideranças sindicais analisem criticamente a sua realidade social, potencializando a construção de alternativas de enfrentamento e transformação social. Que dinamizem a ação sindical e estimulem a inserção dos diversos segmentos que constitui a classe

trabalhadora do campo, nas suas modulações de gênero, geração, etnia, religião, no processo político pedagógico, respeitando suas especificidades e favorecendo a troca de aprendizagem.

Esses objetivos devem ser apropriados pelo conjunto do movimento, além de ser orientadores das práticas formativas desenvolvidas em todos os espaços do (secretarias, coordenações, comissões, coletivos, ENFOC).

A PNF objetiva também fortalecer e consolidar os espaços e instrumentos potencializadores da ação sindical e de práticas formativas libertárias e transformadoras:

- a) Estruturação e fortalecimento das secretarias nas entidades enquanto estratégia de ampliação de participação e de dinamização da ação sindical.
- b) Estruturação e fortalecimento dos coletivos e comissões nas entidades, estimulando a reflexão, debate e proposição coletiva.
- c) Estruturação e fortalecimento dos coletivos de formação nacional e estaduais como espaços de reflexão, formulação e acompanhamento da PNF.
- d) Formação continuada de educadores e educadoras sindicais para atuarem como sujeitos multiplicadores de processos formativos nos diferentes âmbitos de atuação do movimento.
- e) Elaboração de materiais pedagógicos que subsidiem os processos formativos desenvolvidos nos diferentes espaços do MSTTR

4.2. Público

Vinculado ao MSTTR podendo ser: dirigentes, assessores, militantes, lideranças de base. O perfil desejado para as ações formativas vai depender de seus âmbitos, interesses e finalidades. Pode-se estender para parcerias e outros convidados, desde que alinhados aos objetivos da formação e compromissos políticos assumidos pelos educandos (as) e instâncias do MSTTR.

4.3. Estruturação de Redes de Educadores Sindicais

O MSTTR ao decidir pela construção da Política Nacional de Formação retoma o debate da formação enquanto uma política nacionalmente articulada. Ao mesmo tempo se depara com o desafio

de mantê-la atuante em vários níveis de sua organização, considerando as dimensões geográficas, a diversidade regional e a heterogeneidade dos sujeitos.

Nesse sentido, se faz necessário a estruturação de uma rede de formação. Constituir uma rede de formação é uma forma de garantir a horizontalidade da organização de educadores e educadoras. Onde as conexões necessárias entre seus integrantes e respectivas instâncias estejam permanentemente estabelecidas. Deve também fortalecer os processos formativos com base nos princípios sistematizados na Política Nacional de Formação.

É um potencial espaço de socialização de experiências vivenciadas, de reflexões sobre essa prática e de construção coletiva de orientações que venham a expressar qualidade nas atividades de formação. A rede deve ser representativa de acordo com a abrangência a que se pretende atuar (se nacional ou regional).

É desejável que quem tenha participado de processos formativos do MSTTR venham compor a rede, mas o fato de ter participado não quer dizer que estão automaticamente vinculados à rede e nem a participação é requisito para tal. O pertencimento à rede implica no envolvimento na formação sindical cuja prática cotidiana se dê à luz da Política Nacional de Formação e PADRSS.

A rede não pode se transformar em um “gueto” ou num grupo de amigos. Deve dialogar com as várias políticas presentes no MSTTR, bem como articular e aglutinar o conjunto das ações formativas desenvolvidas pelas diversas secretarias. As pessoas que fazem parte da rede poderão desenvolver ações formativas de acordo com as especificidades e/ou localidades compondo equipes pedagógicas quando demandadas.

Os encontros dos integrantes da rede se constituirão em espaços privilegiados de diálogos sobre a prática educativa, sobre os eixos temáticos e pedagógicos que orientam as ações de formação e de seus respectivos referenciais. O pleno funcionamento da rede contribuirá para o fortalecimento dos seus elos, ela não deve existir por si e em si.

Essas articulações extrapolam o campo interno do movimento. Outras redes e organizações, com as quais se estabeleçam identidades políticas e pedagógicas, co-existem e alimentam o fazer educativo do MSTTR. Entrelaçam e ao mesmo tempo em que são fontes de conhecimento, bebem em outras fontes mutuamente.

4.4. Linhas Formativas da PNF

As linhas formativas na PNF estruturam as práticas e processos formativos estabelecidas pelo movimento, para dar conta dos desafios da luta e da organização sindical na concretização do PADRSS. Algumas orientações para um desenho preliminar das linhas formativas:

- a) **Formação político-sindical** – é desenvolvida por meio do Itinerário formativo da Escola e consta basicamente de: cursos de longa duração que desencadeiam processos formativos nas regiões, estados municípios/comunidade, objetivando: formar sujeitos coletivos para atuar na realidade local e nos espaços estaduais e regionais. Constituir redes de educadores/as militantes do MSTTR, reorientar a prática sindical formativa de modo a atribuir a ela dimensões de transformação da sociedade e emancipação dos sujeitos a partir da realidade concreta desses sujeitos. Estimular o exercício de novas práticas que dê visibilidade, respeito e garanta que as diferenças se expressem nas atividades formativas e resignifique a utopia pela construção de uma sociedade democrática e solidária. As contrações decorrentes da prática sindical e os elementos desafiadores da ação sindical se expressam e retroalimenta a ação formativa.
- b) **Organização social e produtiva** – é desenvolvida por meio do sistema CONTAG de organização da produção – SISCOP, voltado para gestão e constituição de cooperativas, organização e articulação de arranjos produtivos e qualificação dos trabalhadores/as para a gestão de empreendimentos associativos solidários e das unidades familiares e associativas de produção. Deve construir interfaces com: as secretarias: política agrícola, agrária, coordenações de juventude e de mulheres. Os temas abordados: agroenergia, legislação ambiental e trabalhista, direitos previdenciários, associativismo e cooperativismo, manejo agrossilvopastoril da ovinocaprinocultura, assistência técnica e extensão rural – ATER, comercialização, contrato de compra e venda, cadeias produtivas, arranjos produtivos locais, gestão e uso sustentável dos recursos naturais.
- c) **Gestão Sindical e a sustentabilidade política e financeira** – têm como principal instrumento o Programa de Fortalecimento das Entidades Sindicais – PNFES. Articulam discussões sobre sindicalismo, gestão das entidades sindicais, registro sindical,

campanhas de sindicalização e planejamento estratégico, democratização das entidades sindicais, ética e transparência político-sindical.

- d) Concepção e gestão de políticas públicas de desenvolvimento rural protagonizadas pelo MSTTR** – esta linha relaciona várias ações formativas, dentre elas, educação do campo, proteção infanto-juvenil; políticas específicas para terceira idade; saúde, gênero e direitos sexuais reprodutivos; ATER; comercialização; segurança e saúde no trabalho; cadeias produtivas; políticas de saúde; capacitação de conselheiros; dentre outras.
- e) Desenvolvimento, Trabalho e Cidadania.** Articulam as ações voltadas às questões do direto: legislação trabalhista e direitos previdenciários; proteção infanto-juvenil; políticas específicas para a terceira idade. aos desafios da expansão do setor sucroalcooleiro; as cadeias e arranjos produtivos; a pluriatividade; o uso sustentável dos recursos naturais; os acordos internacionais e seus impactos nas políticas de desenvolvimento no campo; participação e controle social das políticas públicas; as unidades familiares produtivas e associativas.
- f) Monitoramento, avaliação e sistematização da PNF** – esta linha é aglutinadora dos processos formativos desenvolvidos pelas linhas da PNF. Estimulando a reflexão sobre a concepção, os produtos e suas finalidades e, a construção de instrumentos facilitadores dos registros e dos processos vivenciados. As estratégias de planejamento estratégico das entidades sindicais seus objetivos e importância na concretização das políticas deliberadas nas instâncias do MSTTR e a dimensão da comunicação com instrumento disseminador⁵⁰ e potencializador dos produtos, das práticas e dos conteúdos construídos.
- g) Desenvolvimento Metodológico** – a experimentação da formação de multiplicadores (as)⁵¹ já é prática corrente no MSTTR, inclusive, existem casos em que as pessoas são as mesmas. Mas, uma demanda recorrente é a necessidade de uma formação voltada para essa dimensão – desenvolvimento metodológico. A CONTAG já desenvolve ações variadas nesse sentido, algumas delas com alcance nacional, a exemplo do programa jovem saber e compõe o itinerário formativo da ENFOC.
- h) Igualdade de Oportunidades** – esta linha é transversal às várias práticas formativas desenvolvida pela CONTAG. Ao dar visibilidade às identidades dos sujeitos, também se evidencia as relações

⁵⁰ Semear, divulgar, propagar.

⁵¹ Ou animadores (as), educadores (as), formadores (as), monitores (as),..., conforme concebe o projeto ou programa desenvolvido.

estabelecidas entre estes na sociedade. sejam as relações sociais de gênero, geracionais, étnico-raciais, de orientação sexual, de necessidades especiais. Alguns dos processos formativos com essa abordagem: programa jovem saber; saúde, gênero e direitos sexuais reprodutivos; itinerário formativo da ENFOC



5. GESTÃO E FINANCIAMENTO DA POLÍTICA NACIONAL DE FORMAÇÃO

A Gestão da PNF requer um permanente exercício de democracia interna, de abertura aos vários saberes e, de espaços coletivos, participativos, propositivos e deliberativos que estimulem o protagonismo e o sentimento de pertença de todas as instâncias do MSTTR.

Nesse sentido, essa busca é “fundamental para diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (Paulo Freire).

5.1. Instâncias deliberativas da Política Nacional de Formação

A instância maior de deliberação da PNF é o congresso nacional da categoria. Os congressos ocorrem a cada quatro anos e têm enquanto público os delegados e delegadas eleitas nas assembleias de Sindicatos e em plenárias estaduais convocadas com essa finalidade.

Os demais fóruns deliberativos do MSTTR também cumprem esse papel, desde que não contrarie as deliberações congressuais, a exemplo da assembleia do conselho deliberativo da CONTAG.

5.2. Espaço de formulação/proposição da formação sindical

O Encontro Nacional de Formação – ENAFOR é o espaço privilegiado de proposição e reorientação da PNF, bem como, para propor estratégias que objetivem seu fortalecimento e consolidação.

É um espaço multifacetado⁵², onde vários temas se inter-relacionam e muitas práticas formativas são expressas. Acontece a cada três anos com a atribuição de refletir sobre caminhos, temas e abordagens, papel e caráter da formação do MSTTR. Nele se realizam debates e reflexões sobre práticas formativas inovadoras, como também é lugar em que as expressões culturais se entrelaçam ao fazer pedagógico, revitalizam práticas formativas e a cultura camponesa como cantorias, poesias, danças, feira de memórias, enfim, rituais diversos que revelam dimensões múltiplas da luta e da vida.

Oportuniza a partilha de saberes e fazeres, re-construção de caminhos, encontros de experiências, re-visitação às estratégias e sistematização de vivências. Por isso é dinâmico e interativo de práticas e produção de conhecimentos, e é “lugar” de resignificação da luta pela construção de um mundo com justiça social pautado no desenvolvimento sustentável e em relações solidárias. Um mundo transformado com sujeitos emancipados.

O coletivo nacional de formação sindical tem enquanto atribuição política a coordenação da PNF, garantindo sua efetivação e estimulando a apropriação dos seus princípios e fundamentos por todas as secretarias e coordenações que compõem o MSTTR. Esse espaço é composto por todos os secretários e secretárias de formação sindical das Federações, acompanhados das suas respectivas assessorias.

O mesmo papel cumpre os coletivos estaduais nas federações, geralmente, são compostos por dirigentes de pólos ou regionais. Adquirem papel articulador das demandas formativas da base, buscando de forma criativa desenvolver as temáticas e abordagens trabalhadas nacionalmente, considerando e ajustando à realidade e público. Sempre interagindo e dialogando com os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos da Política Nacional de Formação – PNF.

5.3. Espaços Formativos

- **Espaços nacionais**

Quase sempre, esses espaços têm alcance limitado no que diz respeito à base do MSTTR. Mas, pela sua composição já que é constituído por dirigentes e assessorias das Regionais da CONTAG, Federações e, eventualmente de Pólos ou Regionais Sindicais das Federações,

⁵² Que se aplica a vários assuntos, que tem muitas faces.

são essenciais para estimular a efetividade da PNF, pois são potenciais gestores das políticas do MSTTR. Grande parte das ações formativas aqui desenvolvidas tem enquanto estratégia a formação de multiplicadores (as) a animação para processos formativos.

- **Espaços regionais**

Com alcance ampliado quanto aos dirigentes das Federações, de Pólos ou Regionais. Espaços de articulação, sobretudo, pelo diálogo com a realidade regional e com a proposição de estratégias de execução das ações formativas. Os processos desenvolvidos nesse espaço conjugam três dimensões, a formação de multiplicadores (as), a formação de dirigentes e assessoria sindical e a animação de processos formativos.

- **Espaços estaduais**

Espaços quase sempre voltados para a formação de animadores (as), lideranças, dirigentes e assessoria sindical, dos Pólos ou Regionais e dos Sindicatos. Dialoga diretamente com a realidade estadual, tornando-se estratégico no retroalimentar da PNF.

- **Espaços territoriais/municipais**

Nesses espaços a formação se aproxima mais da base, envolve lideranças de sindicatos, de associações, de grupos produtivos e da comunidade (base geral). Esse espaço demanda permanentemente, tanto a formação programada quanto a formação para a ação. Fortalecer esses espaços é estimular que as propostas do MSTTR se concretizem, já que nesse espaço as políticas negociadas se materializam.

5.4. Financiamento da Política Nacional de Formação

O balanço das práticas formativas construído durante o ENAFOR evidenciou os limites da formação pontual e descontínua, que vem sendo desenvolvida pelo MSTTR. O debate sobre esses limites identificaram nas condições apresentadas por agentes financiadores da formação, uma das causas que contribuem para fortalecer essa realidade.

As secretarias e coordenações dependem quase que exclusivamente de projetos e convênios e, grande parte da sua atuação se materializa em processos formativos. Faz-se necessário, portanto, a efetivação do discurso quanto à importância da formação sindical. Só dessa maneira, esses processos formativos não significarão uma ‘fissura’⁵³ no cotidiano sindical. Mais sim, que seja parte integrante desse cotidiano.

⁵³ Pequena falha ou ruptura.

Caberá ao MSTTR construir as condições concretas para garantir a auto-sustentação e que a PNF seja efetivamente transformadora e libertária, com autonomia política, ideológica e financeira.

Construir essa autonomia financeira significa conjugar a buscar por parcerias, com a clareza que agentes financiadores não podem afirmar os referenciais políticos e pedagógico-metodológicos a serem adotados. Mas sim, que os princípios e fundamentos da PNF sejam a referência para a os processos formativos e para a prática política dos dirigentes, lideranças, assessorias de todo o MSTTR.

A ENFOC vem experimentando a construção do Fundo Solidário, com um percentual de 1% sobre as mensalidades sociais dos aposentados e pensionistas. Mesmo sendo insuficiente para manter todo o itinerário formativo (cursos e momentos nacional, regionais e estaduais), essa experimentação é uma referência para a reflexão e a busca de alternativas a dependência de recursos externos para a formação sindical.

Possivelmente, essa iniciativa não encontra similaridade no movimento sindical brasileiro. Representa um significativo avanço para o MSTTR, além da compreensão estratégica acerca do seu papel para a categoria trabalhadora rural e para a sociedade.



6. ESCOLA NACIONAL DE FORMAÇÃO - ENFOC

6.1. Quanto à organicidade

A Escola de Formação Sindical da Contag – ENFOC é um espaço estimulador das reflexões sobre a prática do Movimento Sindical de trabalhadores e trabalhadoras Rurais - MSTTR e também de aprofundamento dos temas presentes na agenda sindical. É um lugar que favorece a pluralidade de idéias, a construção coletiva do conhecimento, a autocritica, a troca de experiências e a partilha de saberes e fazeres. É um lugar de transformação política, de re-alimentação de sonhos e de utopias, de olhar criticamente para a prática e construir orientações para seu aprimoramento.

Orienta-se pelos princípios e fundamentos do Projeto Político Pedagógico – PPP e pelo Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PADRSS, que almeja a construção de uma sociedade justa, soberana, democrática e solidária, preconizados pela Política Nacional de Formação – PNF.

A ENFOC é uma Escola orgânica⁵⁴ à CONTAG, e enquanto tal é desafiada a tornar-se uma permanente consciência crítica do MSTTR, contribuindo para que este pense e repense criticamente: os rumos da luta, a organização sindical, as práticas sindicais e seu projeto político, o PADRSS.

Os espaços de formulações e decisões gerais sobre a Escola são os mesmos do Movimento (congressos, plenárias e conselhos). Além disso, se referencia nas reflexões e proposições do Encontro Nacional

⁵⁴ Entende-se como orgânica, uma organização vinculada politicamente à outra, com espaços comuns de deliberação e construção política.

de Formação – ENAFOR que acontece a cada três anos, que trouxe em sua primeira edição, em 2005 os contornos institucionais e os referenciais políticos, pedagógicos e metodológicos. Outros momentos de reflexão e elaboração são as atividades periódicas do Coletivo Nacional de Formação do Conselho Político Gestor e das coordenações política, pedagógica e da equipe operativa. Outros espaços privilegiados de avaliação, proposições de temáticas e demandas são os coletivos e comissões específicas da CONTAG⁵⁵.

6.2 Finalidades

- Constituir e desenvolver um sistema de formação político-sindical, que valorize a abordagem ideológica e classista, voltada a atender as demandas dos trabalhadores e das trabalhadoras na disputa por um projeto de sociedade.
- Construir e desenvolver metodologias que respeite a pluralidade de idéias, as especificidades dos sujeitos políticos e, possibilite a educandos e educandas o acesso às diversas visões existentes sobre um tema, dentro do campo de trabalho delimitado.
- Estimular o desenvolvimento de processos formativos continuados nas diversas áreas temáticas, que possibilitem dialogar, interagir e aprofundar reflexões sobre o PADRSS.
- Qualificar o debate sobre concepção sindical, identidade, campo e desenvolvimento, política pública e inclusão social, modos de produção e visão de mundo, democracia e participação cidadã, organização sindical e ação político-sindical.

6.3. Gestão Política e Pedagógica da ENFOC

A gestão política e pedagógica da ENFOC, coerente com as deliberações das instâncias do MSTTR, se efetiva nos seguintes espaços:

- **Coordenação política** – Tem um caráter executivo, responsável direto pelo acompanhamento da coordenação pedagógica, convênios, projetos, produção de materiais. É composta pela Presidência, pela Secretaria-Geral, Secretaria de Formação e Organização Sindical e pela Secretaria de Finanças e Administração da CONTAG.

⁵⁵ Composto pelos secretários (as) e coordenadores (as) das áreas específicas das FETAGs

- **Conselho Político Gestor** – Trata-se de um colegiado ampliado, responsável pela interlocução e articulação nacional na direção política da Escola. É composto pela Coordenação Política e uma representação de cada região do país, totalizando 9 membros.
- **Coordenação pedagógica** – Essa coordenação compreende a assessoria da secretaria de formação, uma assessoria de cada secretaria da CONTAG, a rede de colaboradores e a coordenação política. A coordenação pedagógica é responsável pela construção e desenvolvimento do itinerário pedagógico, dos materiais didáticos, das programações metodológicas, dos assessoramentos aos cursos, e é co-responsável com a coordenação política pela auto-formação, animação da Rede de Educadores/as e sistematização de todo processo formativo desenvolvido pela Escola.
- **Equipe operativa** – A equipe operativa é formada pela assessoria da Secretaria de Formação e Organização Sindical da CONTAG. Conta também, com o apoio pedagógico da rede de colaboradores. É responsável diretamente pela execução das tarefas e atividades demandadas pelas coordenações política e pedagógica.

6.4. Quanto ao funcionamento da ENFOC

Além desses espaços, a Escola conta também com uma Secretaria responsável por tarefas administrativas, contatos internos e externos, prestação de contas, banco de dados, entre outras atividades.

Funciona nas dependências da CONTAG, em Brasília em uma estrutura específica devidamente equipada. Dispondo de assessoria, funcionário/a, e conta com uma rede de colaboradores e colaboradoras multidisciplinar que prestam consultorias e atuam como especialistas durante os processos formativos. Estes profissionais são do quadro de assessoria da CONTAG, Universidades e parceiros.

A ENFOC vem buscando consolidar parceiras com forte afinção e alto grau de identidade ideológica e política. Neste sentido, as Escolas da Central Única dos Trabalhadores – CUT, Escolas e Institutos das Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, Dieese e Escola Quilombo dos Palmares – EQUIP, são alguns desses parceiros.





7. DESAFIOS PARA A CONSTRUÇÃO DA PNF

Os movimentos sociais do campo vêm se constituindo ao longo da nossa história, como sujeitos coletivos, que constroem uma identidade e organizam práticas que visam defender direitos, interesses e projetos. Esse processo se dá através de lutas de resistências, de organização, mobilização que se constroem nos locais de trabalho, na roça e na comunidade. São nas teias de constituição dessas lutas que se constroem as condições para a tomada de consciência do que significa ser trabalhador(a) rural.

O movimento é profundamente educativo: contribui para o processo de emancipação humana. É verdade que o movimento sindical por muito tempo centrou sua ação na dimensão produtiva do ser humano, em muito limitadora de uma prática pedagógica que oportunizassem e dessem visibilidade às demandas dos sujeitos.

Diferentes desafios se apresentam ao MSTTR para que possa realizar os princípios que orientam o PADRSS. O enfrentamento dos desafios deve articular ações que amplie a democracia interna do movimento sindical, com dinamismo e inter-relação das suas organizações, fortalecendo a sua capacidade de mobilização e de enfrentamento das questões estruturais do campo brasileiro.

Ao mesmo tempo, os sujeitos políticos que compõem a base de representação do movimento exigem uma formação ampla e diversificada de conteúdos e abordagens, estratégias e metodologias que valorizem e os considerem na sua totalidade. Homens e mulheres, nas diferentes fases da vida, demandam políticas diferenciadas,

estabelecem relações diversas e, sobretudo, desejam construir um “bem viver” em bases sociais decentes.

No entanto, além de seu caráter pontual, a formação foi se tornando cada vez mais especializada em temas presentes no cotidiano da ação sindical, assumindo por vezes dimensões temáticas e técnicas.

Ainda que seja um avanço no que diz respeito à proposição e ampliação da participação, a constituição de secretarias específicas; o ingresso de mulheres e jovens; a ampliação da participação nos espaços públicos; uma maior inserção nos espaços de organização da produção; contribuíram para um “certo esvaziamento” das reflexões sobre as identidades e de uma formação político-ideológica permanente e continuada.

Outro desafio a ser superado, é quanto à construção de uma efetiva organicidade do movimento. Cada entidade sindical que compõem o sistema CONTAG possui seus estatutos próprios, práticas políticas e formativas próprias. O mesmo ocorre com a sustentação financeira da PNF, o balanço realizado no ENAFOR/2005, identifica que “a forte dependência de convênios inibe uma formação continuada”.

Para que a PNF se torne realidade é necessário que seja assumida enquanto referencial político-pedagógico comum por todos/as sujeitos que fazem a luta sindical acontecer, seja na CONTAG, nas Regionais, nas Federações, nos Pólos e Regionais, e, principalmente, nos Sindicatos.

Por último, mas não menos importante, consolidar a Escola Nacional de Formação político-sindical – ENFOC, enquanto principal instrumento na efetivação das demandas relacionadas à formação político-sindical e potencializadora das ações formativas desenvolvidas pelas secretarias específicas articulando-as e dinamizando-as.

Então podemos afirmar que: a PNF sugere uma retomada das discussões sobre ideologia e luta de classe (luta contra hegemônica), articula a ação sindical à ação formativa, fortalece as organizações sindicais. Por isso para compreendê-la é necessário compreender também o PADRSS e PPP.



REFÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O futuro das regiões rurais. Porto Alegre: Editora da Universidade/ UFRGS. 2003.

_____. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC; Rio de Janeiro: ANPOCS; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

_____. **O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural** Economia Aplicada. N. 2, vol. IV abril/junho, 2000.

AGUIAR, Vilênia V.P. **Sindicalismo rural e cooperação agrícola: buscando as bases para a construção de outro desenvolvimento.** Projeto de doutorado. Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas: sociedade e meio ambiente Centro de Filosofia e Humanas/ UFSC, 1999. Mimeo.

_____. Do desenvolvimento agrícola ao desenvolvimento rural sustentável: **Algumas considerações. Concepções sobre desenvolvimento:** uma abordagem introdutória ao debate atual. Curso de Formação de Educadores, Curitiba: 10 a 16 de março de 2008.

CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o saber.** Porto alegre. Artes Médicas Sul. 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1967

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.

_____. **Pedagogia da Esperança**. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2003.

_____. **Política e Educação**. 7ª ed. São Paulo: Cortez. 2003a

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Práxis**. São Paulo. Cortez, 1992.

MANFREDI, Silvia Maria. “Enfrentando o desafio de conceituar o que é metodologia”. In: **Concepções pedagógicas e a educação dos trabalhadores**. Belo Horizonte: Escola Sindical 7 de Outubro/ CUTMG, 1991, UnPub. 1998.

SILVA, Maria do Socorro. Da raiz a flor: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. IN: Molina, Mônica (orgs) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: MDA, 2006.

SOUSA, João Francisco. **E a educação : que?? A educação na sociedade e/ou a sociedade na educação**. Recife: Bagaço, 2004.

_____. **Atualidade de Paulo Freire: contribuição ao debate sobre educação na diversidade cultural**. Recife: Bagaço: Nupep. UFPE, 2001.

WANDERLEY, Maria Nazareth B. O “**lugar**” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno, In: resumo dos anais do XXXV Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia. Natal, RN, 1997.

_____. Olhares sobre o “rural” brasileiro. Recife: UFPE, 1999 (mimeo).

_____. O lugar dos rurais: In: ANAIS DO CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 35, v.1, pp.90-113, Natal, 1997.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço e ator coletivo. Estudos, Sociedade e Agricultura. n.15, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, out./2000. pp.87-145.

Relatórios do ENAFOR realizado em 2005.

Elaborações anteriores do Projeto político pedagógico – PPP.

Relatórios das reuniões da coordenação pedagógica e dos cursos de formação de demais atividades realizadas pela escola em 2007/08.

Anais do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Anais do 6º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Anais do 7º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Anais do 8º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Anais do 9º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

Documento Base ao 10º Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

